

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.190 - PE (2019/0204572-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY -
PE024151**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PACIENTE : MARCONE DO CARMO NASCIMENTO (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. ILEGALIDADE CONFIGURADA. ORDEM CONCEDIDA.

1. É direito do réu preso, acusado em processo penal, ser julgado em prazo razoável, sem dilações indevidas, em conformidade com a Constituição da República (art. 5º, LXVIII) e com o Decreto n. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º, item 5).

2. A análise dos documentos que instruem o *writ* evidencia que ainda falta a oitiva de cinco testemunhas arroladas pela acusação para que, posteriormente, seja inquiridas as testemunhas de defesa e, só depois, interrogados o paciente e o corréu, de modo que não se pode afirmar, no momento, que o encerramento da colheita da prova ocorrerá em data próxima.

3. Como o paciente está cautelarmente privado de sua liberdade há mais de 3 anos e 7 meses e não há prognóstico para a conclusão da primeira etapa do rito bifásico do Tribunal do Júri, identifica-se a delonga injustificada na tramitação processual, especialmente diante do registro da não realização de sete audiências designadas pelo Juízo singular em virtude do não comparecimento do representante ministerial ou das testemunhas arroladas na denúncia.

4. Ordem concedida para, diante do excesso de prazo verificado na espécie, relaxar a prisão preventiva do réu, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso

Superior Tribunal de Justiça

efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

